



O ACESSO DE MULHERES TRANSEXUAIS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICOS: DESAFIOS PARA O ACOLHIMENTO NA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA

BRUNA LAÍS FERREIRA LEÃO

RESUMO

O presente estudo objetivou a produção de uma revisão integrativa de literatura para compreender de que forma se dá o acesso de mulheres transexuais aos serviços de saúde públicos no Brasil, analisando desde o acolhimento ao atendimento final, levando em consideração os desafios a que se remonta a literatura acadêmica para a admissão destas pessoas nos equipamentos da rede de atenção básica em saúde. Para tal, foram desenvolvidas consultas às bases de dados *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando critérios de inclusão e exclusão. Para a pertinência dos artigos destinados à revisão foi definida a inclusão de artigos independente de seu idioma, realizados em território brasileiro, e que tratassem da oferta de saúde pública/primária às mulheres transexuais. Os artigos considerados elegíveis foram retirados das bases de dados utilizando os descritores “mulheres trans” e “saúde pública”. Ao final da consulta, alcançou-se o correspondente a 30 artigos publicados em periódicos, a saber 18 referentes à *Scielo*, e 12 alocados à LILACS. Após a triagem dos trabalhos mediante critérios de inclusão, exclusão e elegibilidade (idioma, lócus de pesquisa e abordagem circunscrita à questão de pesquisa), a pesquisa admitiu enquanto amostra para a análise 8 artigos (*Scielo* n = 2; LILACS n = 6). Ao final, constatou-se que o paralelo entre o emprego de medidas que objetivam a promoção qualitativa de cuidado e atenção às mulheres transexuais e o êxito nessa prática por parte dos profissionais de saúde, demonstra dificuldade em sua efetividade.

Palavras-chave: Mulheres transexuais; Atenção básica; Saúde da Mulher; Saúde Pública; Sistema Único de Saúde.

1 INTRODUÇÃO

O sistema de saúde público brasileiro é um dos mais acessíveis, oferecendo cuidado gratuito e universal desde atendimentos de saúde à vigilância sanitária e epidemiológica. O acolhimento inicial das pessoas no serviço é determinante para a produção de um atendimento objetivo e humanizado. Assim, é de suma importância, que existam periodicamente capacitações e treinamentos, em tom de formação continuada, voltados à receptividade. Sendo assim, além das demandas contínuas de capacitação, também é função do profissional de saúde trabalhar a equidade, buscando reconhecer as distintas demandas de cada população, de forma a atuar prestando respeito à diversidade, resguardando o princípio da dignidade da pessoa humana e suas mais diversas expressões de identidade e gênero.

Historicamente, é evidenciado o estigma da segregação das pessoas transexuais, justificado nos discursos conservadores pelo preconceito e discriminação em diversos âmbitos, sejam eles familiares, sociais ou até mesmo no contexto da oferta de saúde pública (Monteiro; Brigeiro, 2019; Carrara *et al.* 2022). Dessa forma, se torna necessário refletir: Como a rede de

atenção básica do SUS atua de forma a possibilitar a garantia ao direito à saúde de mulheres transexuais, mediante o acesso e acolhimento aos serviços de saúde? A fim de responder à questão, o presente trabalho objetiva investigar como se dá o acesso das mulheres transexuais aos serviços de saúde pública na rede de atenção básica, ao que o presente artigo se propõe, a partir de uma revisão integrativa, mapear a produção do conhecimento acerca da questão norteadora, conforme será apresentado nas seções seguintes.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A revisão integrativa determina o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto, contribuindo, pois, para uma possível repercussão benéfica na qualidade dos cuidados prestados ao paciente (Souza; Silva; Carvalho, 2010). Pontua-se, então, que o impacto da utilização da revisão integrativa se dá não somente pelo desenvolvimento de políticas, protocolos e procedimentos, mas também no pensamento crítico que a prática diária necessita.

Para tal, a pergunta norteadora da revisão foi utilizada como base para o processo de busca, ou amostragem da literatura (Souza; Silva; Carvalho, 2010). Enquanto critérios de inclusão e exclusão para a pertinência dos artigos destinados à revisão (Souza; Silva; Carvalho, 2010) foi definida a inclusão de artigos independente de seu idioma, realizados em território brasileiro, e que tratassem da oferta de saúde pública/primária às mulheres transexuais. Os artigos considerados elegíveis foram retirados das bases de dados: *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)* e Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) pesquisados entre os meses de março a maio de 2022.

Como descritores finais para a consulta foram utilizados “Mulheres trans” e “Saúde Pública” com utilização do operador booleano “AND” entre eles nas bases de dados. Após o processo de busca, foram identificados 30 trabalhos nas bases de dados, sendo 12 referentes à LILACS, e 18 atinentes à *SciELO*. Em seguimento, foram excluídos 22 estudos durante leitura exploratória de títulos e resumos, resultando na seleção de 8 artigos a serem analisados, associáveis ao contexto e pergunta norteadora da revisão.

Em seguida, para chegar aos artigos finais selecionados, realizou-se um processo de confirmação de qualidade e pertinência dos estudos ao tema central da pesquisa. No quadro 1 estão listados os artigos que perfazem o *corpus* de análise da revisão:

Quadro 1 – Artigos das bases de dados selecionados para análise

ANO	BASE DE DADOS	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
2019	SCIELO	Body construction and health itineraries: a survey among travestis and trans people in Rio de Janeiro, Brazil	Arquivos de Saúde Pública	Carrara <i>et al.</i>
2019	SCIELO	Experiências de acesso de mulheres trans/ travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões	Arquivos de Saúde Pública	Monteiro, Brigeiro.
2019	LILACS	Desenvolvimento de um guia rápido para prática de atenção à saúde da população transgênero	Revista Brasileira de Medicina Família e Comunidade	Silva, Schons.

2019	LILACS	O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa	Revista Brasileira de Medicina Família e Comunidade	Pereira, Chazan.
2019	LILACS	Psicologia e Políticas de Saúde da População Trans: Encruzilhadas, Disputas e Porosidades	Psicologia: Ciência e Profissão	Vieira, Pereira, Dutra, Cavalcante.
2020	LILACS	Qualidade do cuidado de enfermagem à população LGBTQIA+ na atenção primária	Revista de Enfermagem	Silva <i>et al.</i>
2021	LILACS	Compreensões hermenêuticas sobre as vulnerabilidades femininas pertencentes ao coletivo de lésbicas, bissexuais e transexuais	Revista Gaúcha de Enfermagem	Peixoto <i>et al.</i>
2021	LILACS	Transfobia velada sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais	Journal of Mental Care Online	Reis <i>et al.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Após a triagem final dos artigos, procedeu-se com a análise de cada pesquisa. A partir dos dados levantados serão apresentados, na seção a seguir, os resultados da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para demonstrar os resultados alcançados com a revisão integrativa foram tecidas resenhas dos artigos analisados, a partir das informações construídas pela interpretação dos dados e principais contribuições para o campo dos estudos em saúde pública, mais especificamente no que concerne à atenção primária dispensada às mulheres transsexuais.

Monteiro e Brigeiro (2019) destacam em sua pesquisa as experiências referentes ao acesso e acolhida de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde, lançando luz às demandas e experiências vivenciadas quanto à oferta de serviços de transição de gênero e prevenção da AIDS. É possível depreender através dos resultados da pesquisa que apesar das políticas de saúde para pessoas trans se voltarem em grande parte à prevenção e tratamento de HIV/AIDS, suas demandas extrapolam em grande medida a busca por estes serviços. Evoca-se a partir das narrativas avanços acerca da humanização do tratamento dispensado à essas pessoas, contudo, foi verificada a incidência de resistência ao uso do nome social, além de problemas de ordem estrutural referente à capacitação profissional dos servidores investidos na atenção básica, que na ausência de formação necessária ao acolhimento e cuidado reforçam fragilidades e o estigma de associação da infecção por HIV, entre outras infecções sexualmente transmissíveis à condição da pessoa trans em sua subjetividade.

O estudo de Carrara *et al.* investiga como se dá o caminho percorrido por travestis e mulheres transexuais em busca de reiterar o gênero em que se identificam. Foram realizados 391 questionários, na cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana, para que segundo os autores, pudessem mapear quais os diferentes tipos de classes sociais, níveis escolares e configurações de gênero encontrados na amostra. Além de pontuar as inúmeras estratégias encontradas por esse grupo de mulheres para reivindicar seus direitos como cidadãs; que pairam entre a procura pela oferta de cuidados de saúde na atenção pública de saúde básica e acompanhamento no processo de redesignação de gênero e até mesmo a busca por métodos não regulamentados para obtenção de tratamento hormonal e procedimentos cirúrgicos. Os autores optaram por não limitar a participação apenas às pessoas que já deram início e continuidade ao

Processo Transexualizador, afirmando que através dessa escolha, possa ser justificada a razão da existência de apenas uma pequena parcela das participantes que utilizavam de forma regular os serviços de saúde. Dessa forma, a pesquisa fornece informações complementares circunstanciadas a respeito da população que não acessa os serviços de saúde, apontando que a obtenção dos cuidados não é suficiente para atender as demandas desses grupos, enfatizando como uma das possíveis justificativas, a existência de poucas unidades de saúde capacitadas para este acolhimento, tornando-os suscetíveis ao uso de forma exacerbada e não monitorada ou regularizada, de tratamentos hormonais e modificações corporais, aumentando assim a urgência por políticas de saúde que reconheçam e cumpram os direitos das mulheres trans e travestis.

A pesquisa de Reis *et al.* (2021) objetivou a compreensão da produção de sentidos por profissionais de enfermagem face o acolhimento de pessoas transexuais e travestis na atenção básica, através de uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, de viés construtivo-interpretativo. Quanto ao lócus e sujeitos da pesquisa, esta foi realizada com quatro enfermeiros, atuantes em uma Unidade Básica de Saúde na Zona Sul Oeste de Manaus. Os autores evidenciaram que os sentidos produzidos por estes profissionais sobre o processo de acolhida e cuidado aportam representações que se evadem do conhecimento das questões de gênero e diversidade, e se aportam firmemente no binarismo de gênero. Compreende-se que a formação destes profissionais, por ter ênfase demasiadamente biomédica, não contempla aspectos socioculturais e identitários das pessoas, e a sua relação com seus corpos e saúde, produzindo estranhamentos e constrangimentos na atuação para com as pessoas transexuais/travestis.

Vieira *et al.* (2019), em reflexão sobre a inserção dos fazeres da psicologia no campo da atenção básica em saúde - nos espaços em que sua intersecção com as questões de gênero se relaciona com as demandas da população trans e sua necessidade de políticas públicas de saúde - evidenciam as dinâmicas de poder subjacentes e como estas confirmam a norma cisgênera e heteronormativa na efetivação do cuidado, podando as possibilidades de construção de uma acolhida emancipatória. A pesquisa, em tom de conclusão, lança luz para proposição e efetivação de políticas de saúde num viés despatologizante, voltado ao social, abdicando da posição de produtor de uma atenção básica pautada em relações de poder que exclui e invalida vivências e expressões de gênero para além da proposição biomédica.

Silva *et al.* (2021), a partir de uma abordagem qualitativa, objetiva discorrer acerca da produção do cuidado em Enfermagem na saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Pessoas Trans, *Queers*, Intersexos, Assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais. O estudo foi realizado com enfermeiras com atuação na Atenção Primária à Saúde em municípios do estado da Bahia durante o ano de 2018. Os dados foram coletados pelo emprego de entrevista individual, tendo a análise se baseado no método do Discurso do Sujeito Coletivo. Verificou-se a existência de fragilidades e barreiras na produção do cuidado à saúde das pessoas LGBTQIA+ que são formadas a partir da formação acadêmica e profissional da enfermeira, além das questões atinentes à gestão e estrutura administrativa/funcional no contexto da Atenção Primária, o que propicia um cenário de manutenção das desigualdades na saúde.

A pesquisa de Pereira e Chazan (2019) consiste em uma revisão integrativa acerca do acesso de pessoas trans aos serviços de saúde da atenção básica, realizada através de consultas às bases de dados MEDLINE, *Scielo* e LILACS, com os descritores “transexual, transgênero ou travesti, acesso e atenção primária, atenção básica ou saúde” (Pereira; Chazan, 2019, p.1). Com a realização da revisão, os autores evidenciaram que há entraves em múltiplas dimensões para a consecução ao acesso à atenção primária em saúde para pessoas trans, sejam estes políticos, socioeconômicos, técnicos ou organizacionais, enquanto, as barreiras de ordem técnicas demandam maior atenção. Compreendeu-se na análise que a atenção primária - independente do lócus de atuação -, em virtude de seus atributos, é um cenário ideal para o cuidado e acolhida para estas pessoas. Contudo, a equidade no acesso, e com garantias à livre

expressão de gênero, além da ausência de discriminação e preconceitos, só é possível através da produção de uma formação dos profissionais envolvidos nestes fazeres atinentes às questões de gênero e diversidade sexual, principalmente na educação permanente dos profissionais implicados no cuidado para com as pessoas trans.

Silva e Schons (2019) realizaram uma pesquisa para apoiar o atendimento clínico e servir de subsídio à capacitação dos profissionais que atuam na Atenção Primária de Saúde de Florianópolis-SC, com o objetivo de melhorar os resultados de saúde da população transgênero. A consecução da pesquisa observou o emprego da ferramenta PACK, uma interface no modelo *pergunte, solicite, aconselhe e trate*, cuja utilização já era realidade no município de Florianópolis-SC. A partir da busca de evidências com priorização de sumários de práticas clínicas e de protocolos internacionais, foi criado o Guia Rápido para Prática de Atenção à Saúde da População Transgênero aos moldes do PACK Brasil, que aguarda aprovação do PACK Brasil e do Ambulatório de Atenção Integral à População Transexual de Florianópolis. Contudo, mesmo diante da falta de evidência de pesquisa voltada a este grupo específico, as diretrizes no campo da Atenção Primária alicerçam a necessidade de atenção à saúde transgênero, com vistas a reduzir barreiras sociais com o intuito de garantir diretrizes que garantam isonomia às pessoas transgênero.

Peixoto *et al.* (2021), a partir de uma abordagem qualitativa com o emprego do círculo hermenêutico-dialético, buscaram desvelar a compreensão de mulheres e profissionais da saúde acerca da vulnerabilidade feminina no contexto das diversas identidades de gênero e orientações sexuais dissonantes do padrão cis heteronormativo. A pesquisa foi realizada entre outubro de 2018 e março de 2019, tendo como *locus* uma Unidade Básica de Saúde do município de Marabá-PA, ao que foram entrevistadas cinco mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, além de cinco profissionais de saúde. Os resultados apontaram que tabus e preconceitos têm garantido a atuação profissional promotora da exclusão na oferta de cuidados específicos, acarretando na amplificação de riscos à qualidade de vida dessas mulheres. Apesar disso, tais evidências se mostram enquanto um indicador para balizar decisões acerca da alocação e aplicação de recursos, além do treinamento de profissionais na atenção às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais.

Os estudos encontrados nas bases de dados em sua totalidade apontaram que o carência de informações específicas e conhecimento aprofundado face às questões de gênero e sexualidade por parte dos profissionais de saúde durante o processo de acolhida, estão presentes de forma exponencial. (Reis *et al.* 2021; Silva *et al.* 2021; Peixoto *et al.* 2021). As pesquisas em *locus* realizadas em diferentes estados pelo Brasil, discorrem a respeito da visão tanto de mulheres transexuais e travestis, trazendo os desafios enfrentados na busca pela obtenção de cuidados em saúde específicos, o enfrentamento à resistência em serem tratadas de forma adequada por seu nome social, quanto do ponto de vista dos servidores, a confirmação da falta de preparo quanto ao atendimento especializado, evidenciando um problema estrutural (Monteiro; Brigeiro, 2019; Reis *et al.* 2021; Vieira *et al.*, 2019; Silva *et al.* 2021; Pereira; Chazan, 2019).

No tocante à saúde da mulher, mais especificamente quanto ao acesso e garantia da consecução do direito à saúde, há forte produção acadêmica delineada face o recorte de gênero. Contudo, discussões acadêmicas sobre o acesso das mulheres trans à saúde permanecem escassas. Dessas discussões, em sua grande maioria, a resolução de problemas com soluções fomentadas em pesquisas que apontem a existência de lacunas, são as que mais prevalecem, ao que se verificam lacunas e fragilidades que ao serem sanadas poderiam reduzir a discriminação e promover o acesso à saúde das mulheres trans.

Em acordo com a revisão, uma questão que surge em todos os resultados diz respeito ao uso do nome social. Nesse sentido, fundamentado no que é preconizado no conceito de equidade, em abril de 2016, na semana das Conferências Nacionais Conjuntas de Direitos

Humanos, foi publicado o Decreto Presidencial Nº 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal. (Brasil, 2016)

Ainda assim essas pessoas se veem furtadas do seu direito de poder serem tratadas da maneira com a qual se identificam, com o nome escolhido para si e que condiz com sua identidade. A partir dessa afirmação, surge o questionamento a respeito da recorrência do descumprimento de um direito previsto em lei, seja por desconhecimento ou negligência, apontando um despreparo por parte dos profissionais no êxito de seu dever como mediadores da obtenção dos direitos preconizados pelo sistema de saúde ao público demandante.

Apesar da conquista ao direito na obtenção de atendimento especializado visando suas necessidades individuais, a população transexual ainda enfrenta dificuldades quanto a obtenção deste acesso, uma vez que para que isso aconteça, deverá obter o diagnóstico de transexualismo, alimentando assim a ideia de patologia e diminuindo ainda mais a obtenção do que se demanda durante o processo de transição, dificultando diretamente a qualidade de vida de quem necessita.

Diante disso, percebeu-se outro resultado relevante na revisão: que todos, ou grande parte, citam a necessidade da formação para essa melhoria no acolhimento, especialmente uma formação que propicie uma visão despatologizante da transexualidade, pois a noção de que o processo de formação do profissional de saúde e o êxito no campo de atuação estão intrinsecamente ligados à continuidade do aprendizado e adequação às particularidades de cada demanda individual, torna-se cada vez mais ressaltada e evidente nos estudos que tratam a respeito das falhas desde a acolhida pela equipe da atenção primária até mesmo à concessão regulamentada e monitorizada dos procedimentos e cuidados carecidos (Silva; Schons, 2019; Reis *et al.* 2021; Peixoto *et al.* 2021)

4 CONCLUSÃO

Por meio da utilização do método de revisão integrativa constatou-se que o paralelo entre o emprego de medidas que objetivam a promoção qualitativa de cuidado e atenção às mulheres transexuais e o êxito nessa prática por parte dos profissionais de saúde, demonstra dificuldade em sua efetividade. O serviço se mostrou supressivo e neutro, uma vez que o preconizado tenha se tornado em partes teórico, pois mesmo com a existência de políticas integrativas, sua aplicação encontra barreiras institucionais e devido a falha na execução das ações inerentes às políticas do sistema de saúde e a capacitação dos profissionais atuantes, seja por déficit de empenho na análise da relevância das características restritas às mulheres transexuais em específico por falta de conhecimento e sensibilidade fomentada por crenças, ideologias particulares, cultura ou política, até mesmo a ausência de condições de trabalho, tornando-se assim, insuficiente ao atendimento dos direitos de cada indivíduo.

O acesso aos sistemas públicos de saúde torna-se desafiador, visto que este grupo de mulheres não sentem-se confortáveis a buscá-los, por medo de represália, julgamento direto ou indireto, críticas e situações de preconceito (Pereira; Chazan, 2019; Peixoto *et al.* 2021; Silva *et al.* 2021), podendo se considerar como uma violência simbólica, estrutural e muito sintomática do estado deste quadro social, além da existência de grande resistência em serem chamadas por seu nome social e o tratamento patologizante na necessidade de diagnóstico para obtenção de hormonização, exames específicos de prevenção e procedimentos cirúrgicos.

As fragilidades estruturais e enraizadas se mostram mais desafiadoras e complexas, porém o conhecimento voltado a individualidade de cada ser, não só de forma superficial, mas minuciosa e aprofundada, tornando possível o rompimento da discriminação e exclusão, possibilitando também o planejamento estratégico para promoção da saúde e obtenção de seus direitos como cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016. **Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. Brasília, 2016.

CARRARA, SÉRGIO *et al.* Body construction and health itineraries: a survey among travestis and trans people in Rio de Janeiro, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, v. 35, n. 4, e00110618, p. 1-15, 2019.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, v. 35, n. 4, e00111318, p. 1-12, 2019.

PEIXOTO, M. F. *et al.* Compreensões hermenêuticas sobre as vulnerabilidades femininas pertencentes ao coletivo de lésbicas, bissexuais e transexuais. **Revista Gaúcha de Enfermagem [online]**, v. 42, n. 1, e20200133, 2021.

PEREIRA, L. B. D. C.; CHAZAN, A. C. S. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE**, v. 14, n. 41, p. 1-16, 2019.

REIS, P. S. D. O. *et al.* Transfobia velada sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais. **Revista Fundamental Care**, v. 13, n.1, p. 80-85, jan./dez. 2021.

SILVA, A. A. D. C. *et al.* Produção do cuidado de enfermagem à população LGBTQIA+ na atenção primária. **REVisA**, v. 10, n. 2, p. 291-303, 2021.

SILVA, B. P.; SCHONS, A. A. N. Desenvolvimento de um guia rápido para prática de atenção à saúde da população transgênero. **REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE**, v. 14, n. 41, p. 1-12, 2019.

SOUZA, M. T. D.; SILVA, M. D. D.; CARVALHO, R. D. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010.

VIEIRA, E. D. S. *et al.* Psicologia e Políticas de Saúde da População Trans: Encruzilhadas, Disputas e Porosidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n.3, e228504, p. 161-173, 2019.